

PROJETOS DE VIDA E MÉTODO AUTOFOTOGRAFICO: Pesquisa Com Adolescentes em Conflito Com a Lei

Cristiane Rosa dos Santos¹
Iara da Silva Ferrão²
Jana Gonçalves Zappe³
Kátia Simone da Silva Silveira⁴
Lizina Pereira da Costa⁵
Paula Hosana Silveira Biazus⁶
Thatiane Veiga Siqueira⁷
Ana Cristina Garcia Dias⁸

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a relação entre adolescência, violência e medidas sócio-educativas em adolescentes em conflito com a lei, considerando a utilização do método fotográfico como uma ferramenta útil para realização de pesquisa com essa população. Observa-se que essa população pode apresentar dificuldades na utilização apenas do relato verbal. Para tanto, inicialmente apresenta-se os vínculos entre adolescência e violência demonstrando os atravessamentos sociais e psicológicos que compõem o fenômeno. Então discute-se o papel da medida sócio-educativa na sociedade atual, observando a necessidade de avaliar o seu papel na (re)construção do projeto de vida dos adolescentes. Por fim, discute-se propriamente o uso do método fotográfico, como uma alternativa privilegiada para acessar diferentes sentimentos, pensamentos e experiências dessa população.

Palavras-chave: defesa da criança e do adolescente, delinquência juvenil, desenvolvimento do adolescente, fotografia.

LIFE PROJECTS AND AUTOPHOTOGRAPHIC METHOD: Research on Adolescents in Conflict With the Law

Abstract

The current work presents a reflection on the relation between adolescence, violence and socio-educational measures with adolescents in conflict with the Law, considering the use of the photographic method as a useful tool to do research with this population. It is observed that this population can present difficulties in the use of only verbal report. For that, bonds between adolescence and violence are initially presented, demonstrating the social and psychological interferences which form this phenomenon. Therefore, the role of socio-educational measure is discussed in today's society, observing the necessity of evaluating its role in the (re)building of adolescents' life project. Finally, the use of the photographic method is more deeply discussed, as a privileged alternative to access different feelings, thoughts and experiences of this population.

Keywords: child and adolescent's protection, juvenile delinquency, adolescent's development, photography.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: cristianerosapsi@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). E-mail: iaraferrao@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia (UFSM), Docente do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). E-mail: janazappe@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). E-mail: ksmhd@hotmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). E-mail: lizina.ra.costa@bol.com.br

⁶ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). E-mail: paulahbiazus@hotmail.com

⁷ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). E-mail: thatyane_veiga@hotmail.com

⁸ Doutora em Psicologia, Coordenadora do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: anacristinagarciadias@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Minayo e Souza (2003), a violência se estabelece como uma séria questão social com fortes reflexos no campo da saúde pública, uma vez que compromete a saúde individual e coletiva, tanto a nível nacional, como mundial. Enquanto um problema social, a violência constitui a história da civilização e, nos dias de hoje, está atrelada ao contexto de conflitos de uma trama social caracterizada por graves desigualdades, atingindo os jovens de forma bastante particular:

(...) é sobre as condições e as circunstâncias da escassez de oportunidades e perspectivas – sobretudo no caso da juventude bombardeada pelos apelos de consumo e pela falta de reconhecimento e de chances sociais – que se constrói o crescimento das taxas de criminalidade e das conseqüências da violência, particularmente, nas regiões metropolitanas” (BRASIL, 2005, p. 11).

Cabe enfatizar que a acentuada escalada do fenômeno da violência na sociedade em geral, bem como de sua naturalização, são aspectos que obscurecem as perspectivas de um convívio social satisfatório, pela falta de controle de sua incidência e de seus efeitos deteriorantes. Diante disso, psicólogos, filósofos, juristas, sociólogos e cientistas políticos debruçam-se, já há algum tempo, sobre o estudo da violência na tentativa de decodificá-la e, assim, impedir ou minimizar sua propagação e principalmente suas conseqüências. No entanto, apesar do avanço do conhecimento em muitos setores, parece que ainda não contamos com grandes resultados no sentido de deter o acelerado ritmo da escalada da violência. Sendo assim, este é um tema que ainda demanda novos estudos para subsidiar as necessárias propostas de enfrentamento.

Conforme Oliveira e Assis (1999), estudos já desenvolvidos com adolescentes em conflito com a lei indicam que estes estiveram em situações de risco, tanto pessoal como social antes de praticar atos infracionais, o que equivale a dizer que, antes de se tornarem autores de violência, muito provavelmente foram vítimas dela. Assim, somos levados a concluir que a violência esteve presente efetivamente

na estruturação da personalidade destes adolescentes, interferindo significativamente em seu desenvolvimento.

No Brasil, a legislação pertinente prevê a aplicação de medidas sócio-educativas aos casos de adolescentes que cometem atos infracionais (BRASIL, 1990). Tais medidas pretendem, além de responsabilizar o adolescente pelos seus atos, oportunizar uma experiência de reconstrução de seu projeto de vida (BRASIL, 2006). Para ser efetiva, portanto, precisa romper com a participação da violência no desenvolvimento do jovem, oferecendo outros valores e novas perspectivas.

Considera-se relevante investigar os efeitos do cumprimento das medidas sócio-educativas, a partir do ponto de vista do adolescente, compreendendo como esse processo pode propiciar uma mudança no curso de desenvolvimento desses indivíduos, ou seja, em seu projeto de vida. Algumas questões merecem destaque: qual a percepção dos adolescentes sobre os efeitos da medida sócio-educativa em suas vidas? Quais os projetos de vida futuros desses adolescentes após o cumprimento da medida sócio-educativa? Existiam projetos de vida antes da medida sócio-educativa? Quais eram eles? O objetivo deste trabalho foi elaborar uma revisão teórica sobre adolescência e violência, medidas sócio-educativas e utilização de recursos fotográficos em pesquisas para avaliação da história e projeto de vida desses adolescentes.

MÉTODO

A utilização de recursos fotográficos pode auxiliar na investigação das relações entre adolescência, violência e medidas sócio-educativas. Esse trabalho busca estabelecer relações entre esses temas realizando um levantamento bibliográfico não sistemático sobre o assunto.

O levantamento bibliográfico foi realizado mediante a busca não-sistemática de artigos indexados e livros sobre os temas de interesse. Assim, foram utilizados autores clássicos como Freud

(1909) e outros mais contemporâneos como Costa (2005), Ferreira (2005), Gonçalves (2007), Kehl (2004), Oliveira (2005), Soares (2005) e Zappe (2011).

Após esse processo, adotou-se a metodologia proposta por Gil (1999) para a realização de levantamento bibliográfico analítico. Quatro etapas são observadas: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Na primeira etapa, procura-se entrar em contato com os textos em sua totalidade, para após realizar uma leitura aprofundada das partes que interessam ao trabalho (leitura seletiva). O próximo passo consiste em ordenar e resumir as informações encontradas, identificando-se as idéias chave dos textos e construindo sínteses (leitura analítica). Na última etapa, a leitura interpretativa, procura-se estabelecer relações entre o conteúdo dos textos pesquisados, agrupando-os e assim conferindo um alcance mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica.

A partir dessa análise foram classificados os trabalhos em três grandes eixos – relação adolescência e violência, cumprimento de medidas sócio-educativas e utilização de recursos fotográficos no desenvolvimento de pesquisas. A discussão foi elaborada com o objetivo de relacionar estas categorias entre si, buscando construir subsídios para elaboração de um projeto de pesquisa de campo. A título de conclusão, apresenta-se uma reflexão sobre os temas abordados, indicando a viabilidade da realização de uma pesquisa de campo com esse recurso do método fotográfico, como uma possibilidade para alcançar outros tipos de informações e significados que, muitas vezes, são difíceis de serem acessados através do uso exclusivo do relato verbal.

Deste modo, a partir desta revisão de literatura, será construído um projeto de pesquisa com o objetivo de utilizar o recurso fotográfico como ferramenta para o desenvolvimento de um estudo das relações entre adolescência, violência, medida sócio-educativa e projetos de vida. Assim sendo, o referido projeto será submetido à aprovação em Comitê de Ética.

RESULTADOS

Adolescência e Violência

Delinqüência juvenil é a forma de expressão internacionalmente empregada para mencionar os delitos praticados por adolescentes. No Brasil, aplica-se o termo *adolescente em conflito com a lei* desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O tema de delinqüência não é novidade, nem fator exclusivo da atualidade, sendo identificado ao longo da história da humanidade. Como exemplo, podemos citar os textos freudianos que tratam dos primórdios da civilização e evidenciam o papel da violência neste contexto. Freud (1913) já argumentava em *Totem e Tabu* que a cultura tem início na e pela violência, e que toda ordem social funda-se na violência que garante a subordinação à lei. Para compreender a violência tal como se expressa na atualidade, é importante que fatores econômicos, sociais, institucionais, familiares, intersubjetivos e intrapsíquicos estão associados à prática de atos infracionais.

Segundo Freud (1909/1914/1921), o processo de saída da infância convoca que o sujeito trabalhe de forma impetuosa na elaboração do laço social utilizando como aporte as referências simbólicas em vigor na cultura e ilustradas pelos ideais, assim podemos salientar que o adolescente é particularmente atingido pelos impasses referentes a essa transmissão. Portanto, a adolescência é altamente propensa às influências dos fenômenos sociais, representando um momento oportuno para a incorporação de valores, correspondentes a uma relação construtiva ou destrutiva dentro da sociedade. De acordo com Oliveira (2005), no processo adolescente, a subjetividade reestrutura-se, o jovem adquire e desenvolve capacidades concomitantemente a um complicado processo de perdas, desinvestimentos e reinvestimentos afetivos. Novos valores éticos e morais serão anexados à identidade que se delinea. Dessa forma, para uma melhor compreensão deste complexo universo torna-se indispensável que os sujeitos sejam priorizados, antes das nomeações que os “prendem”, tais como encontramos no caso dos adolescentes em conflito com a lei, que além desse

termo recebem rótulos como delinquentes, excluídos, desprovidos, etc. Somente a partir dessa atitude será possível compreender como se articulam os aspectos individuais e sociais nos casos de adolescentes que gravitam em torno da situação de violência (OLIVEIRA, 2005).

A respeito dos referidos lugares e posições de que estão sendo tratados, Calligaris (2000) ressalta que para ter lugar, isto é, para ser reconhecido socialmente, é preciso ser desejável ou ser invejável, uma vez que “há dois campos nos quais importa se destacar para chegar à felicidade e ao reconhecimento social pela comunidade: as relações amorosas/sexuais e o poder (ou melhor, a potência) no campo produtivo, financeiro e social” (CALLIGARIS, 2000, p.14).

De acordo com Oliveira (2005), é árduo o exercício de esboçar como a desapropriação material e sua relação com a destituição simbólica dos jovens da periferia se configura como uma violência assustadora. Conseqüentemente, instituir prejuízo ou dor ao outro se constitui como forma de retaliação pela humilhação e desamparo a que são lançados cotidianamente. Assim sendo, tomando como base o corpo teórico da Psicanálise, pensa-se que a delinquência não se inscreve ao sujeito como uma estrutura independente da ordem social em que ele esteja inserido, a delinquência pode associar vários sentidos para o adolescente, inclusive integrar mais de um sentido na mesma pessoa. É possível decifrá-la como um modo de relação do sujeito com a sociedade, dessa forma, compreende-se que não há “o delinquente” e, sim, o adolescente que, diante de distintas vias do laço social, encontrou a transgressão real da lei como uma possível alternativa.

Pode-se pensar que o envolvimento dos jovens com as drogas, os vandalismos e a delinquência estabelece-se a partir de uma correlação direta com o desenvolvimento dos afetos de desamparo e de um eu inconsistente. Estes estariam associados a um processo social e psíquico a um nível mais extenso presente nas sociedades contemporâneas, referente a uma simbolização ineficiente e os seus efeitos no campo das identificações juvenis (KEHL, 2004).

Reguera (2005) observa que quando se tem algo a perder, um delito pode significar um risco extremo, porém, para quem sobrevive a partir de condições degradantes, a violência se encaixa como alternativa para inverter a posição de fragilidade ocupada. Assim, a partir desta inversão de posições, quem antes ocupava o lugar de inferioridade agora pode ocupar a posição de poder diante de sua vítima (mesmo que utopicamente). Soares (2005, p.215) retrata este processo de modo enfático: “Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós sua arma do alto de sua arrogância onipotente e cruel, mas do fundo de sua impotência mais desesperada”.

Diante do exposto, torna-se visível a articulação entre adolescência, violência e contexto social. Se o ato infracional for entendido como uma via de acesso a um lugar social, uma intervenção para ser bem-sucedida precisa oferecer outros lugares e chances sociais, ou seja, após ter cumprido uma medida sócio-educativa, espera-se que o adolescente tenha encontrado outras referências para ancorar sua identidade, construindo um outro projeto de vida. Nossa pesquisa objetiva, portanto, indicar a necessidade de realização de pesquisas que investiguem se e como ocorrem esses processos de revisão da identidade e construção de um novo projeto de vida.

Medidas Sócio-Educativas

Atualmente, a legislação pertinente aos casos de adolescentes que cometem atos infracionais é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais, em especial a Doutrina da Proteção Integral (BRASIL, 1990). Segundo Costa (2005), a função principal dessa doutrina é assegurar que sejam mantidas condições adequadas ao pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, independente de sua situação jurídica.

O ECA, de fato, significa um marco para o reconhecimento da condição de sujeito de direito de forma igualitária a todas as crianças e adolescentes, in-

dependente de fatores socioeconômicos, de gênero ou etnia (GONÇALVES; GARCIA, 2007). A partir do ECA, os adolescentes em conflito com a lei passam a contar com as garantias processuais básicas do Direito Penal dos adultos e são responsabilizados pelos atos infracionais cometidos a partir da aplicação de medidas sócio-educativas, que são as seguintes: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi liberdade e internação em estabelecimento educacional. Na aplicação das medidas sócio-educativas devem ser consideradas as características da infração e as circunstâncias sócio familiares, visando possibilitar que o adolescente supere sua condição de exclusão por meio da reinserção na sociedade (BRASIL, 1990).

Os programas sócio-educativos direcionados aos jovens privados de liberdade devem respeitar as peculiaridades de cada pessoa em desenvolvimento, assim como devem assegurar proteção à vida desses jovens e dos trabalhadores, evitando a discriminação por meio de rótulos que expõem estes indivíduos a situações que impedem a superação das dificuldades para viabilizar a inclusão social. Considera-se então que as medidas sócio-educativas são ações pedagógicas que visam a reeducação e a prevenção de novos delitos (BRASIL, 1990).

De acordo com os princípios do ECA, as medidas sócio-educativas devem assumir a seguinte caracterização, tal como proposto por Volpi (1997): 1) Devem ser aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstância sócio familiar e disponibilidade de serviços; 2) comportam aspectos de natureza coercitiva e aspectos de natureza educativa; 3) Os regimes sócio-educativos devem constituir-se em condições que garantam o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua medida de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos de participação social; 4) a operacionalização deve prever, obrigatoriamente, o envolvimento familiar e comunitário, mesmo no caso de privação de liberdade; 5) a estrutura de funcionamento dos programas deve contemplar a participação de grupos da comunidade que contribuirão com atividades e participação no planejamento e controle das ações desenvolvidas na

unidade de trabalho, oportunizando a relação entre o interno e a comunidade; 6) os programas sócio-educativos deverão utilizar-se do princípio da incompletude institucional; 7) os programas sócio-educativos de privação de liberdade deverão prever os aspectos de segurança, na perspectiva de proteção à vida dos adolescentes e dos trabalhadores; 8) os programas sócio-educativos deverão, obrigatoriamente, prever a formação permanente dos trabalhadores, tanto funcionários quanto voluntários; 9) as denominações das unidades de aplicação das medidas, dos adolescentes envolvidos e das demais formas de identificação das atividades a eles relacionadas devem respeitar o princípio da não-discriminação e não estigmatização, evitando-se os rótulos que marcam os adolescentes e os expõe a situação vexatória, impedindo-os de superar suas dificuldades na inclusão social.

No caso das medidas sócio-educativas, estas estão fundamentadas na concepção de que se trata de um sujeito em peculiar condição de desenvolvimento e, portanto, passível de se beneficiar com um processo de ressocialização. Neste sentido, entende-se que a medida sócio-educativa comporte aspectos de natureza coercitiva, mas deve comportar principalmente aspectos de natureza protetiva e educativa (SOARES, 2000). A ênfase na proteção, na educação e na garantia de direitos foi introduzida no sistema sócio-educativo a partir das mudanças paradigmáticas propostas pelo ECA (BRASIL, 1990).

Dessa forma, torna-se relevante compreender como o sistema sócio-educativo está estruturado atualmente, quais têm sido suas dificuldades e quais os resultados que tem produzido, para que seja possível que nossa prática sirva de suporte na construção ou reconstrução de novos projetos de vida pelos adolescentes que passam pelo sistema sócio-educativo.

Utilização de recursos fotográficos em pesquisas

Pesquisas em psicologia vêm sendo fortemente favorecidas pelo desenvolvimento da tecnologia, que tem oferecido diversos recursos para o desenvolvimento de novas metodologias para coleta e análise

de dados. O uso de fotografias tem sido um destes recursos, pois em todas as épocas históricas a imagem foi explorada de modo que sempre se buscou representações através de figuras. Historicamente, é importante salientar que, na década de 50, a fotografia era usada para fotografar pessoas mortas com a intenção de que a pessoa que morreu continuasse presente. Deste modo, era uma forma de tornar presente o passado resgatando memórias através da imagem (TACCA, 2005).

Tacca (2005) destaca que, através das imagens, é possível conhecer e ter a percepção de outras culturas distantes, as quais são distintas de nossa realidade. A imagem mental e a forma que fixamos na memória uma determinada figura são produzidas interiormente, tornando-se pessoal e intransferível. Beceyro (1980) observa ainda que qualquer foto é uma leitura cultural, por exemplo, franceses lêem uma foto diferentemente de outros povos, pelas próprias circunstâncias sócio-históricas.

Quanto a esta temática, Joly (1999) aponta que a operação fotográfica corresponde a uma série de escolhas e manipulações feitas além da fotografia em si. As escolhas efetuadas na construção de uma fotografia acabam por construir um significado único. Tanto o significado da fotografia, quanto o seu sentido são construídos de maneira convencional e cultural, como proposto por Dubois (1990). Isso nos permite pensar que se uma foto pode ser considerada uma prova de existência, nem por isso pode ser considerada uma prova de sentido. Apesar de estar promovendo contribuições para a construção de conhecimento, Andrade (2002) constata que a fotografia ainda causa polêmica ao ser considerada como instrumento empírico.

Abrantes (1997), por sua vez, afirma que tanto o raciocínio quanto as tomadas de decisões acessam nossa mente sob forma de imagens, assim olhar através de uma janela, cheirar uma flor ou ouvir uma música são ações que formam imagens das mais variadas modalidades sensoriais. Estas imagens recebem o nome de imagens perceptivas, o que nos leva a pensar que reter sobre algo ou pensar em alguém se constitui em um processo de construção de imagens. Nesse sentido, a palavra *imagem* não se refere apenas às imagens visuais nem a objetos

estáticos. O pensamento é composto por imagens, palavras e símbolos, uma vez que palavras e símbolos já se configuram como imagens por si só. Abrantes (1997) faz referência ao aforismo “uma imagem vale mais que mil palavras”, sugerindo a influência que uma imagem tem sobre os indivíduos.

Um bom exemplo do impacto que uma imagem pode ter sobre uma pessoa é uma pesquisa desenvolvida com um grupo de varredores de rua de Florianópolis a fim de compreender diferentes questões sobre o trabalho. Maheirie, Boeing e Pinto (2005) investigaram como os trabalhadores estavam inseridos na sociedade a partir do mundo do trabalho. Essa pesquisa, inicialmente, causou certo constrangimento, pois a idéia de ser fotografado era incômoda, contudo, gradualmente os sentimentos foram substituídos por satisfação, uma vez que os trabalhadores apreciaram o fato do grupo de pesquisadores estar interessado em seus trabalhos, em suas percepções, histórias e desejos.

Um outro exemplo sobre a utilização desse método foi desenvolvido por Ruman (1999) que propunha oficinas de auto-retrato com mulheres e meninas do Chile e Brasil, este trabalho tinha como propósito reabilitar a auto-estima e a confiança das mulheres e adolescentes internas para reabilitação social e ampliar a percepção que elas têm de si mesmas. Para a autora, o auto-retrato não se configura apenas como uma representação narcísica, mas como uma forma de representação da própria identidade, incluindo aí o próprio estranhamento característico do homem contemporâneo, que pode ser ilustrado na sensação de se olhar no espelho sem ser reconhecido. Trata-se assim de uma situação marcada por transformações em diferentes níveis, inclusive na estrutura do sentimento, em um processo de contínua fragmentação do contexto urbano e das paisagens culturais que invadem o século XXI.

Para Ruman (1999), os espaços institucionais de reabilitação social se caracterizam pela supressão da individualidade, pois utilizam mecanismos de opressão e do estabelecimento de padrões de conduta que impedem a capacidade de expressão da individualidade, em um processo crescente de homogeneização do grupo. Dessa forma, considerando o contexto das instituições de reabilitação social

e as precárias condições materiais e socioculturais, o método fotográfico permite criar mecanismos de reconstrução da identidade e da auto-estima. Essa hipótese foi confirmada por participantes de seu estudo.

Neiva-Silva (2003) propõe que, ao ser utilizado o método fotográfico, o indivíduo seja convidado a trazer fotografias que lhe sejam significativas e a falar sobre elas. Outra forma de trabalho é solicitar que o indivíduo produza e apresente algumas fotografias que descrevem sua visão de mundo, de si ou de um fenômeno qualquer. Duas vantagens na utilização da fotografia em pesquisas, segundo o autor, são: 1) a possibilidade de documentar a percepção do participante, com um mínimo de treino, evitando as desvantagens usuais das técnicas de relato verbal, que podem associar-se a dificuldades na comunicação; e 2) o fato de que não é o pesquisador quem direciona ou induz o olhar do participante para determinada categoria de resposta, uma vez que é o próprio participante quem seleciona os estímulos para responder as questões de pesquisa. Este tipo de pesquisa se distancia um pouco dos primeiros usos que a Psicologia fez da fotografia, pois há uma proposta de valorização do olhar e saber do participante, sendo que esse método ainda está preocupado com a mínima interferência do pesquisador no momento da fotografia. Assim, a fotografia é uma construção e uma forma alternativa de linguagem em pesquisa. (NEIVA-SILVA, 2003)

Estratégias metodológicas, como o uso da fotografia, podem tornar mais clara a noção de produção conjunta de saberes e permitir que os sujeitos visualizem a dimensão de sua participação na realização do estudo e na construção de conhecimento científico sobre o tema. Os participantes acabam por ter um papel mais ativo, além daquele de “fornecedores” de dados a serem analisados e interpretados pelo pesquisador, na medida em que produzem imagens sobre seus modos de existência, pensar e sentir, enfim de significar o mundo.

Nesse trabalho procuramos debater as potencialidades do uso da fotografia, buscando mostrar que essa pode ser uma alternativa de comunicação. Ferreira (2005) nos lembra que o homem apresenta uma proximidade muito forte com as imagens, uma vez

que pensa por imagens e são estas que lhe suscitam emoções, componentes fundamentais de pesquisas em Psicologia. Além disso, esse recurso é extremamente válido para ser utilizado com crianças, adolescentes, ou qualquer outra pessoa que apresente dificuldades em se expressar de maneira verbal.

A este respeito, Zappe (2011) afirma que os adolescentes autores de atos infracionais que participam de pesquisas apresentaram dificuldades em se expressar através da fala. A autora sugeriu que estas dificuldades podem estar relacionadas com dificuldades na simbolização, o que é característico de uma estrutura psíquica caracterizada pela fragilidade e que tende à passagem ao ato.

Marin (2002), McDougall (1996) e Steffen (2006) consideram os atos infracionais como passagens ao ato, em que a excitação não é elaborada psiquicamente, mas imediatamente descarregada como ação motora devido a falhas na simbolização.

Assim, é pertinente pensar que o modo de falar mais descritivo e menos reflexivo é característico ao sujeito que estabelece laço com o ato infracional. A fala, desprovida de maiores significados subjetivos, emoções, afetos e convicções pode indicar essas dificuldades de elaboração e flexibilidade desses jovens (ZAPPE, 2011).

Deste modo, o método autofotográfico se apresenta bastante apropriado para esta pesquisa, tanto pela simplicidade do seu processo quanto pela riqueza de conteúdo trazida pelas fotografias, o que certamente contribui para a superação de barreiras sociais e culturais normalmente trazidas pela linguagem verbal.

Quando uma pessoa direciona a câmera fotográfica para determinado objeto, símbolo, evento, pessoa ou lugar, em resposta a uma pergunta, e capta esta imagem através da fotografia, naquele instante ela passa a mostrar algo de si. O ato de fotografar constitui-se um importante evento social que pode afetar, inclusive, aqueles que estão diante da câmera (BURGESS; ENZLE; MORRY, 2000 apud NEIVA-SILVA, 2003).

Diante disso, a utilização de recursos fotográficos em pesquisas pode ser uma ferramenta rica para o desenvolvimento de um estudo inovador para o

estudo das relações entre adolescência, violência, medida sócio-educativa e projeto de vida. Lembra-mos que essa ferramenta permite ao indivíduo revelar diferentes sentimentos, pensamentos e experiências, através do uso de imagens não verbais. Além disso, esse recurso valoriza a experiência do indivíduo e permite que a visão de mundo dos adolescentes que cumprem medida sócio educativa possa emergir sem a contaminação da visão do pesquisador, pois quem escolhe a imagem é o próprio adolescente. Esse recurso ainda permite que o indivíduo visualize, de maneira mais ativa, a sua participação na construção do conhecimento científico, para além de uma função de simples “fornecedores” de dados a serem analisados e interpretados pelo pesquisador.

CONCLUSÕES

Salienta-se a necessidade de investigar os efeitos do cumprimento das medidas sócio-educativas no sentido da reconstrução do projeto de vida do adolescente em cumprimento de medida, considerando-se o contexto psicossocial no qual esses jovens se desenvolvem, tanto intra quanto extra muros institucionais.

Parte-se da premissa de que o ato infracional tem sido entendido como uma via de acesso a um lugar social, assim, uma intervenção para ser bem-sucedida precisa oferecer outros lugares e chances sociais, ou seja, após ter cumprido uma medida sócio-educativa, espera-se que o adolescente tenha encontrado outras referências para ancorar sua identidade, construindo um outro projeto de vida. Diante disso, uma investigação que contemple estas questões certamente irá favorecer a construção de estratégias de enfrentamento da problemática concernente aos casos de adolescentes autores de atos infracionais. Acredita-se que o uso de imagens (recurso fotográfico) possa propiciar a expressão de elementos inconscientes de forma significativa, considerando as dificuldades em se expressar através da fala, demonstradas por alguns adolescentes autores de ato infracional, o que, por sua vez, é

característico de uma estrutura psíquica caracterizada pela fragilidade e que tende à passagem ao ato (ZAPPE, 2011).

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. C. A imagem enquanto forma de conhecimento e difusão de saberes, texto policopiado, Conferências da Arrábida, 1997.

ANDRADE, R. (2002). *Fotografia e Antropologia: Olhares fora-dentro*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.

BECEYRO, R. *Ensayos sobre Fotografia; arte y libros*, Cidade do México, 1980.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília – DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

COSTA, C. R. B. S. F. da. É possível construir novos caminhos?: Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto sócio-educativo. *Estud. pesqui. psicol.* [online], vol.5, n.2, pp. 79-95. ISSN 1808-4281, 2005.

DUBOIS, P. (1990). *O ato fotográfico*. São Paulo, SP: Papirus.

FERREIRA, I. Psicologia da imagem: Um retrato do discurso persuasivo na Internet. Covilhã: Universidade da Beira do Interior, 2005.

FREUD, S. (1996). Análise de um caso de neurose obsessiva. O homem dos ratos. (*Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. X, p. 157-252). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1909).

- _____ (1996). Psicologia de Grupo e a Análise do Ego (*Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII, p. 79 – 154. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1921).
- _____ (1996). Sobre o Narcisismo: uma introdução. (*Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XIV, p. 75-108.) Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- _____ (1996). Totem e tabu. (*Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIII, p. 11-164). Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1913).
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONCALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia, ciência e profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, set. 2007.
- JOLY, M. (1999). *Introdução à análise da imagem*. São Paulo, SP: Papirus.
- KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: VANUCHI, P. e NOVAES, R. (org). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MAHEIRIE, K., BOEING, P., & PINTO, G. C. (2005). Pesquisa e intervenção por meio da imagem: O recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. *Psico*, 36, 213-219.
- MARIN, I. S. K. *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.
- MCDOUGALL, J. *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.
- NEIVA-SILVA, L. (2003). *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: Um estudo autofotográfico*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- OLIVEIRA, C. S. (2005). Quem tem medo da violência juvenil? In F. Hartmann & N. C. D. F. da ROSA Jr., *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios
- OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 15, n. 4, 831-844, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1999.
- REGUERA, E. M. (2005). *Crianças de ninguém, crianças de rua: Psicologia da infância explorada*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- RUMAN, E. Estudo da recuperação da auto-estima e reintegração de identidade para mulheres em processo de reabilitação, ou não, portadoras, ou não, de deficiência física e ou mental, utilizando a fotografia como instrumento de intervenção psico-social. São Paulo (mimeo), 1999.5p.
- SOARES, L. E. [et al.] *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOARES, J. J. B. S. O Sistema Socioeducativo no âmbito do estado do Rio de Janeiro: panorama atual e perspectivas. In: BRITO, L. M. T. (Coord.). *Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para a infância e juventude no Rio de Janeiro*: EdUERJ, 2000.
- STEFFEN, M. I. M. Delinquência: privação, trauma e passagem ao ato. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XIX, n.188, p. 82-86, dez/2006.
- TACCA, F. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. *Psicol. Soc. [online]*. 2005, vol.17, n.3, pp. 9-17. ISSN 0102-7182. doi: 10.1590/S0102-71822005000300002.
- VOLPI, M. *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.
- ZAPPE, J. G. *Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade*. 2011. 148f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

